

Desenvolvimento e livre iniciativa

De comércio

Tudo indica que o comércio varejista do Distrito Federal deve chegar ao final de 1986 com crescimento superior a trinta por cento, em relação às suas vendas de 1985. E o maior índice desde que a pesquisa conjuntural do comércio varejista foi implantada pela Federação do Comércio, no início desta década.

O comportamento segue a tendência verificada em todo o País, fruto, sem dúvida, do Plano de Estabilização Econômica implantado em 28 de fevereiro passado, e reflexo da pujança da iniciativa privada movida pelas forças de mercado.

Decorridos pouco mais de oito meses do início do Plano Cruzado, vive o País uma fase de intensa movimentação econômica. A ociosidade industrial que assustava Governo e empresários praticamente desapareceu. A pressão da demanda interna colocou em defasagem a relação entre a oferta e a procura de determinados produtos, obrigados a uma maior abertura para o mercado externo para importação de alguns bens essenciais à estabilidade no abastecimento popular. Ainda assim, a balança comercial fechará com saldo próximo aos obtidos nos anos anteriores.

A crise no abastecimento de determinados produtos, entretanto, dá margens a que os defensores de maior intervenção do Estado no domínio econômico afiem as suas lanças. O argumento principal, colocado como inimigo número um, é que o consumo está excessivamente elevado.

Esse o risco que a economia de mercado, em especial o setor comercial, corre no momento. Ou seja, o ris-

co de um freio que resulte em retrocesso comercial.

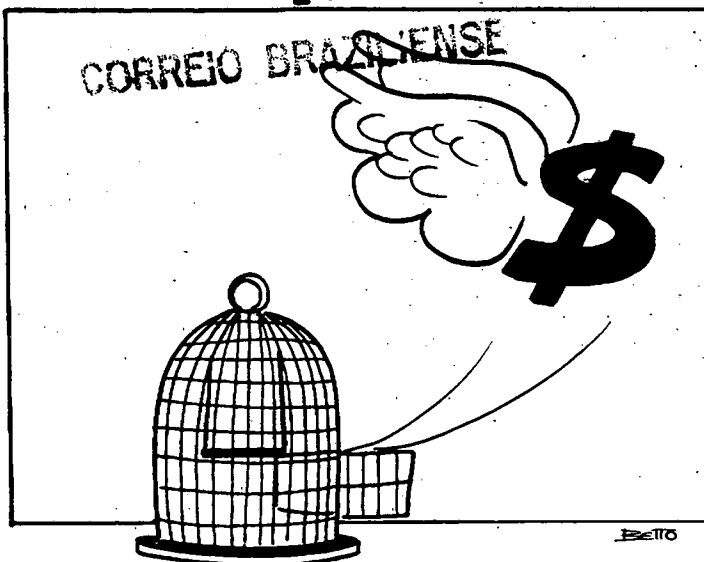
As vozes que se levantam na defesa da adoção de práticas fiscais que desestimulem o consumo — como aumento do imposto de renda na fonte, por exemplo — devem refletir sobre os negros anos da recessão recente, quando o placar do desemprego crescia vertiginosamente. O País vive hoje um regime de quase pleno emprego, e, se o econômico deve servir ao social, por que defender e estimular medidas que não atendam ao anseio da população?

O povo quer emprego e renda, e isto ele está tendo mais que no passado recente.

Eventuais problemas de abastecimento, ainda que sérios, não podem colocar em risco o avanço que o Plano de Estabilização Econômica possibilitou.

EUNICIO LOPES DE OLIVEIRA

20 NOV 1986



Há que ser forte e sereno o Governo para adotar medidas que corrijam os desvios, sem contudo, permitir uma quebra na expectativa que o cidadão e o empresário têm hoje.

Fontes governamentais afirmam o contrário, mas parece não haver dúvidas que medidas terão que ser tomadas no período compreendido de hoje a 28 de fevereiro, sempre lembrando que, por força da lei, as alterações na política fiscal se darão até 31 de dezembro.

— E o que vem por aí?

A classe comercial confia que as medidas sejam coerentes com o discurso do presidente Sarney. E dele a afirmação em tom categórico de que “o crescimento da demanda não será combatido com medidas de contenção do consumo, mas, sim, através do crescimento da produção.”

Algumas declarações de técnicos governamentais parecem conduzir à interpretação de que realmente o Governo não está disposto ao retrocesso econômico. O crescimento da demanda resultaria então em política de acentuado estímulo à industrialização, através da ampliação do financiamento do BNDES à indústria nacional e uma maior abertura ao capital externo, ao lado de medidas de estímulos fiscais à poupança.

Simultaneamente a ação do Governo voltar-se-ia para a redução nas despesas de custeio da sua pesada máquina e no corte de alguns subsídios e outros gastos públicos, além do aceleramento no processo de venda de algumas empresas estatais. São medidas corajosas. Mas coragem é o que não tem faltado ao governo Sarney.

A classe comercial varejista espera que o Governo caminhe nessa direção. Afinal, as feridas do período recessivo ainda não estão totalmente cicatrizadas.

A iniciativa privada confia no presidente Sarney e guarda com carinho sua declaração de julho de 1985. Disse o Presidente: “A economia somente pode voltar a crescer em base definitiva se forem restabelecidos a confiança e o estímulo da iniciativa privada, a qual deve ser o carro-chefe do desenvolvimento.”

A economia cresceu. E continuará crescendo, solidamente, se a prática econômica não se desviar das palavras do Presidente.

— E o que o comércio deseja!

Eunício Lopes de Oliveira é presidente Interino da Federação do Comércio de Brasília.